

ATA DA 2ª REUNIÃO DA MESA SETORIAL DA AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE FORTALEZA – AGEFIS**ANO 2021**

Data	22/09/2021 Horário: 14h.
Local	AGEFIS
Participantes	<u>Bancada do Governo:</u> Titulares: a) José Neuvani de Vasconcelos Júnior b) Laura Jucá Araújo c) Marcus Cristian de Queiroz e Silva Convidados: d) Reginaldo Araújo e) Alaíde Pontes
	<u>Bancada dos Servidores:</u> Titulares: a) Cinthia Soares Rodrigues Paier b) Rachel Figueiredo Viana Martins Lima Suplente: c) Ana Lúcia Oliveira Viana;

Ata da Reunião

1. Aberta a reunião, a Superintendente da Agência de Fiscalização de Fortaleza – Agefis, Laura Jucá Araújo, agradeceu a presença de todos e fez questão de lembrar aos representantes da AFIM que não precisa da mesa setorial para dialogar com a Superintendência, bem como reforçou que as portas da Superintendência estão sempre abertas.
2. Em seguida, a superintendente entregou a nova portaria que será publicada para retirada da integrante da bancada do governo da mesa setorial no âmbito da fiscalização municipal, a Sra. Geovânia Sabino Machado, em virtude dela não constar mais nos quadros da Agefis; pedindo para que a AFIM analisasse e verificasse se

- gostariam de fazer mais alguma alteração. A AFIM ficou de analisar e dar um retorno, posteriormente.
3. Laura apresentou a nova integrante da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Alaíde Pontes.
 4. Rachel Martins, Fiscal de Atividades Urbanas e Vigilância Sanitária e membro da bancada de servidores, pediu para, antes de iniciar os assuntos da pauta, falar sobre dois assuntos que não estavam na pauta.
 5. A primeira foi um pedido para que a Assessoria de Comunicação – ASCOM da Agefis tivesse mais zelo e cuidado com as publicações, posto que foi atribuída fala a uma fiscal em uma publicação no portal da Agefis, sendo que a fala não foi de propriedade da referida fiscal.
 6. A bancada da gestão informou que iria repassar o pedido para a ASCOM.
 7. A segunda foi a respeito do caso da fiscal Lianne, em virtude da demora em informar à servidora para qual Gerência de Fiscalização Integrada – GEREFI ela deveria prestar seus serviços após ter saído da GEREFI VII. Informou que ela se sentiu preocupada por ter saído do centro e ter ficado um tempo em casa sem saber o que fazer, posto que só havia ouvido falar que ela iria para a GEREFI I. E que acreditava que essa demora tinha ocorrido, em virtude das férias do Diretor de Operações da Diretoria de Operações – DIOP.
 8. Reginaldo Araújo, Fiscal de Atividades Urbanas e Vigilância Sanitária e Diretor de Operações, informou que o ocorrido com a fiscal Lianne foi antes das suas férias. Afirmou que a fiscal Lianne vem tendo várias segundas chances e reiteradamente dá trabalho às chefias e não se encaixa na metodologia de trabalho da Agência. Esclareceu que o caso não passou de um mal entendido da servidora. Pois tanto ela sabia, como a Gerente da GEREFI I e ele, como Diretor, que ela deveria ir para a GEREFI I. Informou, ainda, que ontem já recebeu uma reclamação da referida fiscal. Por fim, reforçou que as portas da DIOP estão sempre abertas para esclarecimentos.
 9. Chintia Rodrigues, Fiscal de Atividades Urbanas e Vigilância Sanitária e membro da bancada de servidores, alegou que o que achou mais grave foi o período de afastamento de 20(dias) dias que a servidora ficou em casa alegando não saber para qual GEREFI teria que se apresentar.
 10. Reginaldo Araújo reforçou que a servidora, desde o dia que saiu do centro, já sabia qual era o local que deveria se dirigir, no caso a GEREFI I. A demora ocorrida foi apenas do enquadramento no sistema, posto que quando há uma mudança de lotação de um servidor é preciso fazer o trâmite do enquadramento no sistema. E que isso não impedia a presença do fiscal no novo posto de trabalho.
 11. Iniciando os assuntos da pauta, Rachel Martins ressaltou a importância de haver uma otimização do trabalho da fiscalização, posto que as rotas feitas estão com locais muito distantes uns dos outros o que torna inviável a realização da rota pela fiscalização.
 12. Neuvani Júnior, Fiscal de Atividades Urbanas e Vigilância Sanitária e Superintendente Adjunto, informou que nas reuniões que a gestão tem realizado com as gerefis quase tudo sobre os problemas foi discutido. Informou que foi criado um novo sistema de rotas para otimizar o trabalho. Pontuou que antes a rota era realizada de forma manual, mas que, hoje, o sistema faz automaticamente, usando recursos de aproximação de locais de fiscalização, visando facilitar e otimizar as rotas. Diante disso, pediu um caso

específico para analisar.

13. Reginaldo Araújo alegou que o que pode estar acontecendo é que existem as demandas extras urgentes que o gerente precisa inserir na rota, mesmo que fuja um pouco da proximidade com as outras demandas já existentes na rota.
14. Chintia Rodrigues acredita que o ocorre na Gerefi V, local onde ela presta serviço, é que o assistente ainda está com dificuldade de compreender o novo sistema. Destacou, ainda, que o novo sistema só escolhe um filtro por vez, por isso, não consegue separar por turnos.
15. Neuvani Júnior disse que está buscando uma melhoria para fazer filtro por dia e turno no sistema.
16. Rachel Martins trouxe o problema de denúncias “inúteis” que entram nas rotas para a fiscalização, dando o exemplo de uma denúncia de um cachorro fazendo xixi no poste.
17. Neuvani Júnior explicou que, atualmente, são fiscais que analisam as demandas das denúncias na Diretoria de Planejamento, Normatização e Capacitação – DIPLAN; e o Márcio, Diretor da DIPLAN, acredita que essas denúncias “inúteis” na rota, são demandas antigas, em que não havia essa análise.
18. Reginaldo Araújo reforçou que o sistema estabelece como preferencial demandas antigas e pode ser que, por isso, está acontecendo de entrar demandas como essas na rota.
19. Rachel Martins destacou como positivo do sistema foi mesclar demandas antigas com novas e perguntou se quando acontecer do fiscal identificar a existência de uma demanda fruto de uma denúncia “inútil” se o fiscal pode conversar com o gerente para retirar da rota.
20. Laura Jucá concordou que sim e informou que foi feito um trabalho de análise das demandas do canal 156. Tiveram duas reuniões com a equipe do 156 para explicar os nossos protocolos e para que eles possam fazer um filtro melhor.
21. Neuvani Júnior reforçou que as rotas são feitas com mais demandas, justamente para substituir aquelas não necessárias.
22. Rachel Martins Cinthia Rodrigues quis saber sobre as demandas que vêm das ouvidorias que não são da Agefis.
23. Laura Jucá disse que está em reunião com todas as secretarias, além das que compõem a Secretaria Municipal da Gestão Regional – SEGER, para que conheçam das competências da Agefis e seja realizado um filtro nessas ouvidorias.
24. Cinthia Rodrigues afirmou sentir falta de todos os órgãos da Prefeitura de Fortaleza compreenderem os papéis uns dos outros. E destacou que por haver esse desconhecimento, passam muitas demandas que não são da fiscalização para a Agefis.
25. Laura Jucá sugeriu que o fiscal, ao receber uma demanda que não é de competência da Agefis, envie um e-mail para DIPLAN.
26. Reginaldo Araújo informou que para melhor tratamento das demandas foi criado um grupo de desempenho que estuda justamente as formas de otimizar e que muitas ideias estão sendo usadas para essas melhorias.
27. Rachel Martins sugeriu um roteiro de perguntas guiadas para a central 156 para facilitar

o trabalho da fiscalização.

28. Laura Jucá reforçou que precisamos nos comunicar, que os fiscais precisam passar para a Gestão as dificuldades enfrentadas.
29. Cinthia Rodrigues destacou que o fiscal fala com o gerente e se não está chegando na sede tem que corrigir esse problema. E questionou se as reuniões gerenciais estão sendo realizadas.
30. Reginaldo Araújo respondeu que as reuniões gerenciais estão sendo realizadas e que as informações chegam sim ao seu conhecimento.
31. Ana Lúcia, Fiscal de Atividades Urbanas e Vigilância Sanitária e suplente da bancada de servidores reforçou que acredita que é só uma questão de ajuste.
32. Dando continuidade à pauta proposta, Raquel Martins, falou sobre a sobrecarga da equipe interna e questionou a nomeação de assistentes.
33. Laura Jucá informou que não há previsão para nomeações, mas é pauta recorrente dela no Paço.
34. Neuvani Júnior, ponderou que em virtude do momento que estamos enfrentando, por conta da pandemia e da necessidade redução dos gastos, o aumento de gastos com pessoal é um assunto delicado. E por estarmos diante de um cenário de incertezas e do fato da Prefeitura está onerada com os custos da pandemia, que é a prioridade no momento, devemos ter um pouco mais de paciência.
35. Rachel Martins destacou que a Vanessa, terceirizada da Gerefis VI, pediu demissão e não foi ocupada a vaga dela.
36. Laura Jucá ficou de verificar a substituição da referida terceirizada.
37. Reginaldo Araújo destacou o avanço da categoria, um amadurecimento, o fato de os fiscais estarem mais coesos com a equipe e com a gerência, buscando se capacitar, se preocupando com o administrativo e com as melhorias do trabalho.
38. Laura Jucá e Neuvani Júnior confirmaram a fala do Reginaldo Araújo.
39. Ana Lúcia sugeriu um feedback para os fiscais sobre as visitas da gestão nas gerefis. Informou que a categoria tem curiosidade em saber o olhar da gestão.
40. Outro ponto levantado pela bancada dos servidores foi que mesmo tendo sido contratados estagiários, não foi o suficiente para suprir a demanda de trabalho das gerefis. Bem como alegaram que em virtude de serem de nível médio possuem maiores limitações.
41. Laura Jucá informou que os estagiários de nível superior em breve iniciarão suas atividades nas Gerefis.
42. Rachel Martins reforçou a necessidade de os assistentes e gerentes serem fiscais em virtude das dificuldades enfrentadas com os que não são. Cinthia Rodrigues sugeriu, ainda, capacitação dos que não são e já estão, pois eles possuem dificuldades de entender o trabalho da fiscalização e que muitas vezes os fiscais não passam a demanda e acabam fazendo o trabalho administrativo por não querer perder tempo ou por saber que a pessoa não vai saber fazer.
43. Rachel Martins questionou se estão definidas as competências dos estagiários dentro

da Agefis.

44. A gestão respondeu que sim e que, inclusive, eles estão sendo capacitados. Destacou o treinamento recente feito pelo João Vítor da DIOP.
45. Rachel Martins perguntou se os gerentes estavam sabendo desse treinamento. Porque a impressão que ela teve foi a de que os estagiários estão perdidos.
46. A gestão respondeu que sim e ponderou o fato dos estagiários serem de nível médio e para muitos ser o primeiro emprego.
47. Rachel Martins afirmou acreditar que o gerente não está sabendo lidar com a função do estagiário na sua gerência.
48. Reginaldo Araújo ficou de verificar com os gerentes.
49. Cinthia Rodrigues informou que já aconteceu com os estagiários anteriores de a gerência passar muita responsabilidade para eles. Inclusive ocorrendo vezes em que o estagiário ficou responsável pela GREFI sem supervisão. E ela reforça a necessidade disso não ocorrer novamente.
50. Laura Jucá pontuou que a função do estagiário não é só cumprir carga horária, mas também aprender. Então, o relatado acima não deve ocorrer. Lembrou ainda que já tivemos estagiários tão bons que foram efetivados.
51. Neuvani Júnior ponderou que acha muito precoce essa avaliação acerca dos novos estagiários, em virtude de só fazer 15 (quinze) dias do início dos trabalhos deles, mas em paralelo iria conversar com a articuladora Eluciene para que ela possa verificar e dar atenção a esse assunto.
52. Acerca do sistema FISCALIZE a bancada dos servidores informou que para não ficar repetitivo, já que já muito se falou das dificuldades, queria só saber como estão as soluções.
53. Neuvani Júnior destacou que o novo diretor da Diretoria de Apoio Logístico – DIALOG é da área da Tecnologia da Informação – TI justamente para priorizar essas soluções. E que a gestão já repassou para ele que a prioridade no desenvolvimento das mudanças no Fiscalize são as decorrentes das demandas que vieram dos fiscais e dos gerentes. Informou que algumas já foram inclusive solucionadas, entretanto, como a demanda é muito grande pediu paciência.
54. A bancada dos servidores sugeriu a volta dos vídeos explicando as mudanças e a forma de utilizar. Assim, quando houver alterações no sistema, que sejam feitos tutoriais e a devida divulgação. Elogiou ainda os vídeos que o Márcio da DIPLAN tem feito. E reforçou a necessidade de uma melhor comunicação acerca das mudanças no Fiscalize.
55. Dando continuidade à pauta, a bancada dos servidores pontuou a falta de comunicação existente na Agefis.
56. Neuvani Júnior disse que a gestão está empenhada em busca de melhorias relacionadas à comunicação e destacou que o portal de notícias do Fiscalize foi uma das soluções encontradas. Reforçou que os gestores têm sim que melhorar, mas quem está recebendo também tem que buscar a informação. Pediu ajuda da AFIM para incentivar essa busca pela informação pelo servidor, bem como com contribuição de ideias para melhorar comunicação.
57. Cinthia Rodrigues elogiou o portal, a revista mensal das ações e a reunião semestral de

resultados. Fez, ainda, a sugestão, da periodicidade da reunião de resultados ser trimestral.

58. Outro ponto levantado pela bancada dos servidores foi a avaliação qualitativa para além dos dados estatísticos. Alegando que os fiscais não querem ver só números.
59. Laura Jucá afirmou que a gestão também não quer. Falou que a gestão possui indicadores qualitativos e que a meta da DIOP no grupo da gestão participativa é analisar esses indicadores, avaliar e mostrar. Informou que o intuito é montar parcerias com outros órgãos, com fiscais que estão fazendo mestrado na área para contribuir com esses índices qualitativos para a cidade. Pontuou que precisamos mostrar o que os fiscais estão trazendo de benefícios e mudanças para cidade e número nenhum trará isso.
60. Ana Lúcia pontuou a importância de mostrar para a sociedade não um trabalho apenas dos fiscais, mas o órgão AGEFIS para que a AGEFIS “caia na graça” da população. Afirmou que essa análise qualitativa traz isso, esse sentimento e certeza da importância da Agefis para a cidade.
61. Reginaldo Araújo falou que espera na próxima reunião trazer esses índices qualitativos
62. Cinthia Rodrigues questionou a existência de uma política de fiscalização. Questionou qual o projeto de fiscalização o prefeito tem para cidade e como os fiscais aplicam essa política na prática. Salientou a importância do planejamento por região da cidade por conta das suas particularidades e demandas. Alegou que os fiscais não sabem para onde estão indo e nem veem o resultado do trabalho deles. Sugeriu a Agefis estabelecer onde se quer chegar.
63. Laura Jucá informou que estamos avançando nesse ponto, mas ainda temos muito o que fazer. Pontuou que, hoje, ainda não temos política setorizada por região, mas reforçou a importância de pensar em cada área da cidade com sua particularidade. Afirmou que a Agefis tem que evoluir bastante, mas já estão construindo as bases iniciais nos seus planejamentos.
64. Cinthia Rodrigues sugeriu um projeto piloto de divulgação do nosso trabalho para a sociedade, sugerindo que seja realizado um trabalho nas escolas.
65. A gestão informou que já tem em mente esse plano nas escolas.
66. Rachel Martins informou que uma vez deu uma palestra em uma escola sobre fiscalização e que foi muito positivo o interesse dos alunos no tema.
67. Laura Jucá parabenizou e disse que seria interessante fazermos disso um projeto.
68. Em seguida, Rachel Martins falou da necessidade da realização de treinamentos teórico-práticos. Que os treinamentos realizados ainda estão muito teóricos. Sugeriu usar o modelo da capacitação da poluição atmosférica realizado pela Tâmara e teceu elogios sobre ele.
69. A bancada dos servidores alegou sentir falta de capacitações sobre abordagem e posturas na prática de fiscalização em campo: situações reais de campo, coação física e/ou psicológica, direitos dos fiscais e legalidade de sua conduta, capacitações mais subjetivas olhando para os fiscais.
70. Reginaldo Araújo relatou que no final de 2019 foi ao Rio Grande do Norte fazer um treinamento de protocolo de segurança/comportamental para usar como modelo na

AGEFIS. E que havia o intuito de implantar em 2020, entretanto, veio a pandemia. Mas em breve, irão retomar esse projeto.

71. Falou, ainda, que a PROJUR pode ajudar no protocolo da segurança jurídica e o procurador Marcus Queiroz, se colocou à disposição.
72. Ana Lúcia externou a preocupação com a turma que está em processo de aposentadoria. A geração que está se aposentando está enfrentando alguns contratempos tanto pela reforma da previdência, mas antes disso os servidores já vinham tendo problemas com o acervo da vida do servidor. Trouxe um documento, ressaltando que já protocolou dois ofícios anteriormente, para a PROJUR da Agefis se manifestar. Mencionou o caso da servidora Tânia, que quando saiu a nova lei da Previdência parou de receber o abono de permanência. Ressaltou que sabe que a SEPOG que deve se manifestar nesses casos, mas gostaria que a PROJUR da Agefis também emitisse parecer.
73. Laura Jucás se comprometeu em dar um retorno e o procurador Marcus Queiroz informou que não chegou ainda no jurídico os ofícios mencionados, mas anotou os números e vai procurar para analisar o caso.
74. Em seguida, Rachel Martins quis saber se foram adotadas novas providências relativas à segurança dos fiscais nas operações da José Avelino, depois do ocorrido com a nossa fiscal e a morte do ambulante.
75. Neuvani Júnior informou que após reunião restou a determinação da superintendência de que a função da Agefis é fiscalizar. Assim, ao iniciar qualquer tipo de manifestação, a ordem é recuar. Devendo a Guarda assumir para tomar as medidas cabíveis.
76. Rachel Martins perguntou se foi feito algum treinamento para os fiscais sobre como recuar, uma vez que já foi policial e tem conhecimento que existem protocolos de recuo.
77. Laura Jucá informou que a recomendação de recuar é para todas as fiscalizações que resultem em manifestações ou situações de risco, não só nas situações da José Avelino.
78. Neuvani Júnior explicou que um dos protocolos é, antes do início da ação, a fiscalização perguntar à Guarda Municipal se tem condições de dar segurança e acordar os limites; e que a fiscalização só deve ir até onde está a segurança.
79. Laura Jucá acrescentou que a AGEFIS está trabalhando com a inteligência da Guarda e essa com a Polícia. E que em decorrência disso a Agefis terá acesso às câmeras do Paço, para que o gerente saiba em tempo real o que está acontecendo na José Avelino.
80. Reginaldo Araújo informou que está sendo realizado um trabalho da gestão do Paço multissetorial de diálogo com os ambulantes.
81. Neuvani Júnior destacou o foguinho no despacho do fiscalize pelo fiscal e que tal ferramenta serve não apenas para mapear as áreas de risco, mas sim os estabelecimentos em áreas, que mesmo que não sejam de risco, o fiscal passou por uma situação de risco.
82. Cinthia Rodrigues pediu que fosse colocado como prioridade nas melhorias do Fiscalize o histórico das demandas.
83. Em seguida, perguntou pelo colete balístico e salientou a sua necessidade por questão de segurança dos fiscais.
84. Laura Jucá informou que a gestão está estudando a possibilidade legal disso.
85. Cinthia Rodrigues sugeriu que o Procurador buscasse argumentos para fortalecer o argumento e mencionou que jornalistas usam os coletes em algumas operações.
86. Reginaldo informou que em alguns momentos foram fornecidos pelas forças de segurança coletes deles para nossa fiscalização.
87. Seguindo a pauta, Rachel Martins alegou que a AFIM já enviou dois ofícios acerca da

situação dos fiscais da ETUFOR e não obtiveram resposta. Salientou que os fiscais que estão na ETUFOR pertencem à AGEFIS e questionou até quando a gestão não vai olhar para a situação deles.

88. Laura Jucá reconheceu que a situação dos referidos fiscais é uma questão de organização interna da Agefis, pois são fiscais da Agefis, o protocolo de fiscalização de acordo com a lei é da Agefis. Entretanto, a fiscalização não está sendo organizada pela Agência. Salientou que é uma pauta urgente a ser tratada com a SEPOG.
89. Neuvani Júnior acrescentou que a solução seria o protocolo sair da Agefis ou trazer a operacionalização da fiscalização do protocolo para Agefis. Informou que sobre o uso do colete da Agefis pelos fiscais da ETUFOR poderia causar confusão para o autuado, posto que o bloco é da ETUFOR, o trâmite processual é na ETUFOR e os fiscais se reportam ao gestor da ETUFOR.
90. A bancada dos servidores entende que é um assunto complexo, mas acha importante reforçar a solução da situação.
91. Rachel Martins externou a preocupação dos fiscais pelo possível não pagamento da última parcela do aumento da gratificação GEFAE.
92. A superintendente afirmou que será pago.
93. Em relação aos critérios de redistribuição dos fiscais nas novas regionais, a superintendente afirmou que ainda não estão definidos os endereços das novas regionais e que apenas quando houver essa definição ela se reunirá com a AFIM para juntos construir os critérios, justos e melhores para a cidade.
94. Reginaldo Araújo salientou a importância da elaboração de uma portaria com os critérios de redistribuição dos fiscais na Agefis. Acrescentou que já foram esboçados os critérios pela Agefis-e que, em breve, a Superintendência vai passar para a AFIM.
95. Passado para a pauta da fiscalização da Vigilância Sanitária – VISA, Neuvani Júnior explicou que existe uma complicação legal da saúde transferir a verba para Agefis. A solução seria a compra de equipamentos/insumos para uma gestão compartilhada com a Agefis através de convênio.
96. Ficou sugerido um grupo de trabalho com a participação da Liana da DIPLAN, representantes da AFIM e fiscais para verificar a viabilização desse convênio.
97. Cinthia Rodrigues perguntou quem era o responsável pela VISA na DIOP.
98. Reginaldo Araújo informou que colocou como meta da DIOP: fortalecimento das ações de fiscalização da Vigilância Sanitária, definição das competências e atribuições da Coordenação da VISA, reuniões sistemáticas com os assistentes da VISA e publicação dos eventos da VISA na revista Agefis e no Fiscalize. Acrescentou que ainda está articulando com a Gestão uma pessoa para ser responsável pela VISA na DIOP. Entretanto, hoje, quem ajuda nos assuntos relacionados à VISA é a Vanessa, mas ela divide trabalho dos ofícios e que também está de férias e ao retornar tem planos que ela fique como responsável pela VISA na DIOP. Ressaltou que hoje a Liana da DIPLAN é quem faz o trabalho de responsável pela VISA na Agefis como um todo, mas que concorda que precisa de alguém da DIOP.
99. Cinthia Rodrigues questionou sobre o fluxo das decisões de penalidade e pediu celeridade no julgamento das interdições cautelares na JAP. Alegou que os fiscais conseguem ter acesso às decisões de penalidades no fiscalize, mas que não sabem o

que acontece depois.

100. Neuvani Júnior explicou que há sim um fluxo definido e que há previsão de uma ferramenta no fiscalize para contemplar o fluxo do início ao fim e que assim que a ferramenta tiver pronta vai apresentar.
101. Cinthia Rodrigues destacou a necessidade de um protocolo noturno da VISA adequado com todas as particularidades e com equipamentos de proteção individual e insumos necessários à fiscalização (touca, termômetro e outros).
102. Reginaldo Araújo alegou que não temos apoio da guarda e polícia para fiscalização noturna nessa temática.
103. Laura Jucá se comprometeu em resolver essa situação.
104. Reginaldo Araújo acrescentou que tem um projeto piloto prestes a iniciar usando os dias em que a guarda não está em outro protocolo da AGEFIS.
105. Laura sugeriu marcar dia primeiro de outubro para o início desse projeto piloto.
106. Cinthia Rodrigues afirmou que o turno da tarde para os fiscais de alimentos é inoperante, em virtude da maioria dos estabelecimentos estarem fechados e sugeriu que os plantões noturnos se iniciassem às 16h.
107. Foi informado que os protocolos de segurança e de prevenção de contaminação no trabalho presencial e principalmente em campo não chegaram ao conhecimento da AFIM.
108. A superintendente acreditava já ter sido enviado, mas se comprometeu a confirmar o envio.
109. Em seguida, a Rachel Martins apresentou o documento que a fiscalização noturna apresentou à superintendência da AGEFIS e pontuou a questão da interferência nos trabalhos de fiscalização.
110. Laura Jucá enfatizou que a Agefis possui uma preocupação com a ética e que, inclusive, é um dos valores da AGEFIS. Assegurou que não existe o viés de qualquer tipo de interferência dentro da Agência. Alegou que o que acredita que está acontecendo é de o fiscalizado alegar ter alguma amizade com alguém da gestão, mas que isso não deve interferir no trabalho a ser realizado pela fiscalização. E afirmou que a gestão não compactua com interferências no trabalho da fiscalização.
111. Em relação ao pleito de maior transparência no julgamento, feito pela fiscalização noturna, a superintendente afirmou que o fiscal tem acesso ao processo no FISCALIZE e questionou como poderia dar mais transparência que estão pedindo.
112. Rachel Martins sugeriu que fosse criado no sistema fiscalize um filtro / relatório de autos já julgados que foram feitos por cada fiscal.
113. Marcus Queiroz sugeriu que a JAP fizesse um levantamento por amostragem dos autos que são cancelados e os motivos e isso fosse divulgado.
114. Laura Jucá informou que a JAP já comunica à DIPLAN e à DIOP os autos cancelados, mas que vai garantir que chegue ao fiscal interessado.
115. Quanto aos pleitos dos fiscais noturnos de adicional noturno no período das férias, risco de vida e coletes balísticos, Neuvani Júnior se comprometeu tratar com a SEPOG a respeito.

116. Em relação ao rateio das horas extras, foi explicado pela gestão que ao aprovar a quantidade de horas extras, o comitê do COGERFFOR já descreve na deliberação para quais ações as horas extras serão utilizadas. Então, a gestão tem que prestar contas para esses fins e locais específicos, não cabendo deliberar sobre o assunto.
117. Quanto ao pleito de gozo de folga em qualquer dia da semana feito pelos fiscais noturnos, a gestão reforçou que sempre teve uma conversa boa com os fiscais e não entende o motivo desse pleito e que só não atende ao pleito do servidor se for prejudicar o trabalho da Agefis. Como, por exemplo, o fiscal querer folgar todo sábado, que é dia de maior intensidade das demandas.
118. Com relação ao pleito de melhora no planejamento das ações, a Laura informou que o fiscal Isídio está nomeado para fazer as rotas e esclarecer as dúvidas dos fiscais em campo. Ela salientou que entende as particularidades e dificuldades da fiscalização noturna e se sensibiliza com as demandas.
119. Quanto ao pedido de limitar 10 (dez) demandas por equipe noturna, Neuvani advertiu a importância de contextualizar o critério utilizado pela gestão de fornecer mais demandas para a fiscalização noturna. Afirmou que quando ele foi a campo, com a Laura e o Reginaldo, constataram que muitos estabelecimentos estavam fechados e ao limitar o número de demandas a 10, poderia ensejar um não aproveitamento do dia de trabalho. Reforçou que a fiscalização só deve executar a quantidade possível dentro da carga horária de trabalho, inclusive incluindo o tempo do deslocamento e expediente interno.
120. Cinthia Rodrigues ressaltou a importância de, antes de iniciar a fiscalização noturna da VISA, sensibilizar / fazer ambientação da fiscalização noturna para os fiscais que não estão acostumadas com o trabalho; bem como a importância de rotas bem planejadas e o fornecimento dos equipamentos de proteção individual – EPI's.
121. Reginaldo Araújo concordou com a importância e disse que tudo isso está sendo planejado.
122. Laura Jucá encerrou a reunião agradecendo presença de todos, elogiando o amadurecimento, com sugestões pra melhoria dos trabalhos. Se colocou à disposição; bem como pediu para a equipe da gestão presente colocar a demanda do abono de permanência como prioridade.